

DIAGNÓSTICO DA AGRICULTURA PAULISTA: RESULTADOS DE UMA EXPERIÊNCIA DIDÁTICA*

Lígia Celoria Poltroniéri**

RESUMO. Este trabalho resulta do esforço de alunos da disciplina Geografia Rural que, através da análise de atributos agrícolas selecionados, elaboraram um Atlas sobre a agricultura paulista em 1985. O material gráfico produzido e o texto que o acompanha consistem em importante fonte de consulta tanto para estudantes do Curso de Geografia como para docentes e alunos de 1º e 2º Graus, interessados em conhecer a realidade do setor agrícola do Estado de São Paulo.

Palavras-chave: Atlas, agricultura, experiência didática

SÃO PAULO STATE'S AGRICULTURAL DIAGNOSTIC: A DIDATIC EXPERIENCE RESULTS

ABSTRACT. Students of Rural Geography discipline brought one Atlas about Paulista Agriculture 1985. The graphical material and the text are an important reference book to others pupils interested on knowing the agricultural reality of São Paulo state.

Key words: Atlas, agriculture, didatic experience.

ESTADO DE SÃO PAULO - MICRO E MESORREGIÕES COMPONENTES - 1985

MESORREGIÃO - ALTA E MÉDIA ARARAQUARENSE

MICRORREGIÕES:

- Alta Araraquarense Fernandópolis (225)
- Alta Araraquarense de Votuporanga (226)
- Divisor Turvo Grande (227)
- Médio São José dos Dourados (232)
- Divisor São José dos Dourados - Tietê (233)
- São José do Rio Preto (234)
- Médio Araraquarense (235)

MESORREGIÃO - CAMPINAS E RIBEIRÃO PRETO

MICRORREGIÕES:

- Barretos (228)
- Alta Mogiana (229)
- Serra de Jaboticabal (236)
- Ribeirão Preto (237)
- Araraquara (242)
- Jaú (246)
- Rio Claro (247)
- Campinas (248)
- Açucareira de Piracicaba (254)
- Tatuí (255)
- Sorocaba (256)
- Jundiá (257)

Nota para divulgação dos resultados de Atlas sobre "A Agricultura Paulista em 1985", confeccionado por alunos do Curso de Geografia do IGCE - UNESP - Câmpus de Rio Claro, na Disciplina Geografia Rural no ano de 1993.

** Professora do Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, Câmpus de Rio Claro, coordenadora do projeto.

MESORREGIÃO - MANTIQUEIRA PAULISTA

MICRORREGIÕES:

- Planalto de Franca (230)
- Serra de Batatais (238)
- Depressão Periférica Setentrional (243)
- Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista (244)
- Estâncias Hidrominerais Paulistas (249)
- Bragança Paulista (258)

MESORREGIÃO - SUDOESTE PAULISTA

MICRORREGIÃO:

- Alta Noroeste de Araçatuba (231)
- Nova Alta Paulista (239)
- Alta Noroeste de Penápolis (240)
- Bauru (241)
- Alta Paulista (245)
- Alta Sorocabana de Presidente Prudente (250)
- Alta Sorocabana de Assis (251)
- Ourinhos (252)
- Serra de Botucatu (253)
- Campos de Itapetininga (260)

MESORREGIÃO - VALE DO PARAÍBA PAULISTA

MICRORREGIÃO:

- Vale do Paraíba (259)

MESORREGIÃO - SUL PAULISTA

MICRORREGIÕES:

- Paranapiacaba (261)
- Apiaí (264)
- Baixada do Ribeira (265)

MESORREGIÃO - GRANDE SÃO PAULO

MICRORREGIÃO:

- Grande São Paulo (262)

MESORREGIÃO - SERRA E LITORAL NORTE PAULISTA

MICRORREGIÕES:

- Alto Paraíba (263)

- Costa Norte Paulista (267)

MESORREGIÃO - BAIXADA SANTISTA

MICRORREGIÃO:

- Baixada Santista

INTRODUÇÃO

A idéia de organizar este trabalho surgiu com a finalidade de alcançar dois objetivos:

- a) possibilitar aos alunos da disciplina Geografia Rural, ministrada no Departamento de Geografia do Instituto de Geociências e Ciências Exatas da UNESP, Câmpus de Rio Claro, em 1993, um contacto mais direto com fontes de dados secundários relacionados à atividade agrícola no Estado de São Paulo, de maneira a treiná-los no manuseio, coleta, tabulação e mapeamento;
- b) fornecer aos futuros alunos, e a interessados de modo geral, um levantamento sobre os principais atributos agrícolas, bem como sua distribuição no espaço paulista.

Para atingir os objetivos propostos, cada um dos alunos da referida disciplina participou de todas as fases de elaboração do trabalho, da coleta de dados à interpretação dos resultados obtidos e produção dos textos que acompanham os mapas. A elaboração do trabalho constou das seguintes etapas: seleção dos atributos; coleta e tabulação dos dados; mapeamento de cada atributo selecionado; análise e interpretação dos resultados. Os dados dos atributos selecionados foram coletados por município e agrupados em nível de microrregiões homogêneas, embora no mapeamento de alguns atributos tenha sido utilizado o agrupamento em nível de mesorregiões. O Censo Econômico de 1985 - Censo Agropecuário - São Paulo e

os Recenseamentos Agrícolas dos anos de 1940, 1950, 1960, 1970 e 1980, da Fundação IBGE, foram as fontes de dados secundários.

O trabalho final, apresentado em forma de Atlas, é composto por um gráfico representando a evolução do uso da terra no Estado de São Paulo, no período de 1940/1985, e quatorze mapas na escala 1:150.000, relativos aos seguintes atributos: utilização da terra; principais lavouras permanentes; principais lavouras temporárias; propriedade das terras; condição do produtor; pessoal ocupado por categoria e sexo; pessoal ocupado residente ou não nos estabelecimentos agrícolas; máquinas e implementos agrícolas; efetivo de rebanhos, produção leiteira e área cultivada com produtos modernos, tradicionais e em transição.

Para os alunos da disciplina Geografia Rural, o esforço dispendido na confecção deste trabalho, sem dúvida, reverteu em benefício e contribuiu para um melhor conhecimento da realidade agrícola paulista; além disso, culminou com a produção de um rico material que, sem dúvida, será de muita utilidade tanto na Universidade como nas escolas de 1º e 2º Graus.

É impossível apresentar neste artigo todo o material gráfico produzido. Optou-se pela publicação do texto que acompanha os mapas, pois se constitui em valioso subsídio para a compreensão da organização da agricultura no Estado de São Paulo no ano de 1985.

EVOLUÇÃO DA UTILIZAÇÃO DA TERRA

O período analisado compreende os anos de 1940 a 1985. Em 1940, a maior parte da área agricultável do Estado de São Paulo era ocupada por pastagens naturais e matas naturais, sendo esta última

correspondente a uma área 50% menor que a primeira. A área utilizada por lavouras correspondia a 25% da área total e estava dividida equitativamente entre lavouras temporárias e permanentes. Aproximadamente 20% da área correspondia a áreas produtivas não utilizadas, além de uma pequena parte de áreas improdutivas.

Os dados relativos a 1950 demonstram que, em um período de 10 anos, houve redução da área ocupada por pastagens naturais e por matas naturais; concomitantemente, houve o aparecimento de grande percentual ocupado por pastagens plantadas. Estas três categorias de uso da terra correspondiam a 60% da área total cultivada no Estado naquele ano. A área utilizada por lavouras correspondia a aproximadamente 25% da área total, observando-se um ligeiro predomínio das lavouras temporárias sobre as permanentes. Observou-se, também, o surgimento de uma área, embora pequena, de matas e florestas plantadas. As áreas produtivas não utilizadas apresentaram uma pequena redução em relação à situação do ano de 1940, enquanto as terras improdutivas sofreram um ligeiro aumento.

No ano de 1960, a área ocupada pelas pastagens artificiais ampliou-se em relação ao período anterior, enquanto aquelas ocupadas por pastagens naturais e matas naturais sofreram uma considerável redução. O percentual ocupado por estas três categorias de utilização correspondia a pouco mais de 60%. As áreas de lavouras permanentes e temporárias se mantiveram, continuando a perfazer cerca de 25% do total, havendo um ligeiro predomínio das temporárias. Observou-se um pequeno aumento das áreas de matas e florestas plantadas e uma grande redução da área de terras improdutivas.

As áreas ocupadas por pastagens naturais, artificiais e de matas naturais, não apresentaram mudanças significativas no período 1960/1970. No caso das lavouras, manteve-se o predomínio maior das lavouras temporárias sobre as lavouras permanentes. Não houve significativa mudança nas áreas ocupadas por terras improdutivas, produtivas não utilizadas, e as matas e florestas plantadas.

No período 1970/1980 as áreas de matas naturais, pastagens naturais e artificiais continuaram a representar 60% da área total cultivada, mas houve uma sensível redução da área de pastagens naturais. Isto significa que o acréscimo da área ocupada por pastagens artificiais se fez em detrimento daquelas ocupadas por pastagens naturais e às custas de desmatamento. Houve uma recuperação da área ocupada por lavouras permanentes e uma ampliação da área de lavouras temporárias, tendo ambas passado a representar um pouco mais de 25% da área total cultivada no Estado. A área de terras produtivas não utilizadas teve uma redução significativa, enquanto a área de terras improdutivas aumentou, o mesmo ocorrendo com a área de florestas e matas plantadas.

No período decorrido entre 1980-1985, a área ocupada pelas pastagens naturais e artificiais sofreu uma ampliação às custas da redução da área de matas naturais, pois em termos de área total, estas três categorias continuavam ocupando quase 60% da área total cultivada. No caso das lavouras houve grande aumento de área ocupada por lavouras, temporárias e uma pequena redução daquela ocupada por lavouras permanentes, chegando a ocupar aproximadamente 30% da área total. As áreas reflorestadas, de terras produtivas não utilizadas e improdutivas, mantiveram-se inalteradas em relação ao ano de 1980.

A utilização da terra no Estado de São Paulo no ano de 1985 não era evidentemente homogênea; algumas áreas do espaço paulista destacavam-se pela presença de pastagens naturais e ou plantadas, ou pela presença de lavouras permanentes e ou temporárias devido, não apenas às especificidades dos atributos de ordem natural, mas principalmente ao dinamismo que caracteriza a agricultura paulista em função da tecnologia e quantidade de recursos investidos. Naquele ano, a área ocupada pelas pastagens naturais e artificiais correspondia a aproximadamente 60% da área total cultivada do Estado de São Paulo. As pastagens naturais apareciam com mais frequência nas mesorregiões do Vale do Paraíba Paulista e Serra e Litoral Norte, enquanto as pastagens artificiais se destacavam na região sudoeste e noroeste do Estado, correspondendo às mesorregiões: Sudoeste Paulista, Alta e Média Araraquarense, Campinas e Ribeirão Preto. As poucas áreas ocupadas por matas e florestas naturais predominavam, principalmente na região do litoral sul do Estado. As matas e florestas plantadas tinham maior incidência na mesorregião da Grande São Paulo.

No conjunto do Estado, as áreas de terras produtivas e não utilizadas eram poucas e se destacavam no sudeste e região da Grande São Paulo. As áreas de terras inaproveitáveis abrangiam uma significativa parcela de toda a região leste.

As lavouras temporárias e permanentes ocupavam, no ano de 1985, cerca de 30% da área total cultivada do Estado. Dentre as lavouras permanentes destacavam-se o café, ocupando a porção centro-oeste do Estado e a área da Serra da Mantiqueira e a laranja abrangendo a porção centro-norte, o Vale do Paraíba e o

Sul do Estado. Duas áreas de policultura se destacavam, como se observa na Figura 1, representadas pelas microrregiões: Paranapiacaba (261), Jundiá (257) e Grande São Paulo (262), nas quais a fruticultura era relevante; na microrregião 261 havia uma participação expressiva da lavoura do pêssego, destacando-se com menor importância as culturas de banana, chá, caqui, uva, pera e figo. Na microrregião 262, o caqui destacava-se com a maior participação relativa, seguido da banana, tangerina, laranja, pêssego, goiaba, uva para mesa e figo. A uva para mesa, ocupando a maior participação relativa, seguida do café, laranja e caqui eram as culturas que se destacavam na microrregião 257.

As lavouras temporárias não se distribuíam de forma homogênea por todo Estado e nem todas as regiões apresentavam todos os cultivos, isto é, diferenças regionais determinavam as concentrações deste ou daquele produto agrícola. A cana-de-açúcar, distribuída pela maior parte das regiões, apresentava-se mais concentrada na mesorregião Campinas e Ribeirão Preto, onde ocupava, na maioria das microrregiões, mais de 3/4 da área total cultivada. O milho em grão também era representativo, já que aparecia na maior parte das microrregiões em maior ou menor escala. A predominância deste cultivo era marcante nas microrregiões que compõem a Alta e Média Araraquense, Sul Paulista, Vale do Paraíba Paulista, Serra e Litoral Norte Paulista e Mantiqueira Paulista. O cultivo do feijão era representativo nas microrregiões que compõem o Sul Paulista e algumas outras microrregiões, tais como: Alta Sorocabana de Assis (251), Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista (244), Estâncias Hidrominerais Paulistas (249) e Serra de Botucatu (253).

No Sul Paulista, na Baixada Santista e no Vale do Paraíba Paulista destacava-se o cultivo de arroz em casca, ocupando de 1/4 a 2/4 da área total cultivada.

A parte norte do Estado de São Paulo, principalmente os municípios que compõem o norte das mesorregiões Alta e Média Araraquense; Campinas e Ribeirão Preto; Mantiqueira Paulista tinham a soja em grão como produto expressivo, variando de quase 3/4 a 1/4 da área total cultivada.

PROPRIEDADE DAS TERRAS, CONDIÇÃO DO PRODUTOR E PESSOAL OCUPADO

No que se refere à propriedade das terras, condição do produtor e pessoal ocupado por categoria, o Estado de São Paulo não apresentava homogeneidade.

Em relação ao número de estabelecimentos, uma análise geral da distribuição espacial dos tipos de propriedade da terra no Estado de São Paulo no ano de 1985, revela que as propriedades individuais predominavam em todo o Estado, chegando a mais de 80% do número total de estabelecimentos agrícolas. As terras pertencentes a condomínios ou sociedade de pessoas também eram expressivas em todo o espaço paulista, principalmente nas regiões central e oeste. O percentual de terras pertencentes a sociedades anônimas ou por cotas de responsabilidade limitada era menos expressivo no conjunto dos estabelecimentos agrícolas, mas aparecia nas regiões norte e oeste do estado. As propriedades pertencentes a entidades públicas predominavam nas microrregiões da Baixada Santista (266) e Costa Norte Paulista (267) e um percentual muito reduzido na microrregião da Alta Sorocabana de Presidente Prudente (250). Por outro lado, as propriedades

pertencentes a cooperativas apareciam apenas na microrregião da Aita Sorocabana de Presidente Prudente (250).

Em termos de área ocupada, três categorias eram dominantes em todas as microrregiões. Apenas em quatro delas as propriedades individuais não representavam a maioria absoluta da área, quais sejam: Baixada Santista (266) e Ribeirão Preto (237), onde grande parte da área correspondia a propriedades em sociedade anônima ou por cotas de responsabilidade limitada, e nas microrregiões de Jaú (246) e Açucareira de Piracicaba (254), onde o grande percentual da área era ocupado por propriedades em condomínio ou sociedade de pessoas, voltadas principalmente para o cultivo da cana-de-açúcar.

As propriedades em condomínio, ou sociedades de pessoas, eram encontradas basicamente nas regiões oeste e central do estado. Já as sociedades anônimas, ou por cotas de responsabilidade limitada, eram mais freqüentes no Litoral, Vale do Ribeira e também regiões Central e Norte do Estado. As propriedades pertencentes a entidades públicas não tinham grande representatividade em termos de área ocupada. As sociedades anônimas ou por cotas de responsabilidade limitada apareciam, com maior freqüência, nas regiões centro-norte e litoral do estado, sendo ocupadas basicamente pelo cultivo de café, cana-de-açúcar e banana.

Comparando-se os dois aspectos analisados: porcentagem do número e porcentagem da área do atributo propriedade das terras, observa-se que, de modo geral, as propriedades individuais eram as mais representativas, tanto em termos de número quanto de área ocupada. Os outros tipos de propriedades (condomínio ou sociedade de pessoas, sociedade anônima ou por cotas de

responsabilidade limitadas, cooperativas, entidade pública, instituição pia ou religiosa, e sem declaração) eventualmente correspondiam a um número expressivo mas, na realidade, representavam um percentual muito pequeno no que se refere à área ocupada.

No que se refere ao atributo Condição do Produtor, na maior parte do Estado, os estabelecimentos agrícolas eram valorizados pelos próprios proprietários, aparecendo também, grande percentual de arrendatários, nas microrregiões de Alta Mogiana (229), Alta Sorocabana (250) e Alto Paraíba (263). No noroeste do Estado era relevante o número de parceiros, enquanto que no sul e sudeste esta categoria tinha menor representação.

A categoria ocupantes era a de menor expressão em quase todas as microrregiões, com exceção das de Campos de Itapetininga (260), Paranapiacaba (261), Apiaí (264), Baixada Santista (266) e Baixada do Ribeira (265), onde aparecia em grande número de estabelecimentos.

A categoria de proprietários era predominante em todas as microrregiões do Estado, significando que os estabelecimentos agrícolas, valorizados pelos proprietários, eram expressivos não só no número como também na área ocupada.

Em algumas áreas do Estado, observou-se uma boa representatividade da categoria de arrendatários, sendo que, em termos de área valorizada, eles estavam mais presentes nas microrregiões de Alta Mogiana (229), Alta Sorocabana (250) e na Grande São Paulo (262).

Os parceiros se destacavam, em termos de área ocupada, principalmente nas microrregiões Alta Araraquense de Fernandópolis (225), Nova Alta Paulista (239), Jundiá (257) e Costa Norte Paulista

(267), enquanto os ocupantes estavam presentes em Serra de Batatais (238), Campos de Itapetininga (260), Paranapiacaba (261), Apiaí (264), Baixada do Ribeira (265) e Baixada Santista (266).

O atributo pessoal ocupado na agricultura paulista foi analisado, considerando os seguintes aspectos: categoria, sexo e residência ou não nos estabelecimentos agrícolas. A categoria responsável e membros não remunerados da família era predominante na faixa oeste e noroeste do estado, e também na faixa leste e sul. Na parte central do estado a participação desta categoria era menor e as microrregiões apresentavam em maior número a categoria dos empregados permanentes e temporários. Isso se explica, em parte, pelo fato desta porção do estado destacar-se pelo predomínio da lavoura da cana-de-açúcar, extremamente mecanizada, empregando os trabalhadores apenas na época de colheita; é também o que acontecia com a laranja.

A categoria parceiros correspondia a um percentual relativamente pequeno em quase todo o estado, com exceção da região sul da mesorregião Alta e Média Araraquarense. Os empregados temporários apareciam em todo o Estado, mas em maior número na região norte do estado; na região sudeste, tinham pouca expressão.

Quanto à distribuição do pessoal ocupado por sexo, destacava-se a predominância da mão-de-obra masculina. Algumas áreas possuíam uma semelhança na ocupação: as mesorregiões da Mantiqueira Paulista, Campinas e Ribeirão Preto, Baixada Santista e Vale do Paraíba Paulista, assemelhavam-se pelo fato de possuírem, basicamente, mão-de-obra masculina. Por outro lado, a mesorregião do Sul Paulista possuía uma grande quantidade de mão-de-obra feminina. As

mesorregiões do Sudoeste Paulista e Alta e Média Araraquarense possuíam grandes contingentes de mão-de-obra feminina, embora a mão-de-obra masculina fosse predominante, porém não de forma tão acentuada quanto no restante do estado paulista.

Na porção oeste do estado havia maior concentração de pessoal residente do sexo masculino pertencente à categoria responsável e membros não remunerados da família. Nas porções sul, sudoeste e sudeste do espaço paulista, o percentual relativo a estes aspectos correspondia a mais de 70%, enquanto no norte e nordeste o pessoal ocupado era principalmente da categoria de empregados permanentes, do sexo masculino e não residentes.

MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS

A análise do número de máquinas e implementos agrícolas, por mesorregião, no Estado de São Paulo, revelou que havia uma distribuição heterogênea destes equipamentos no espaço agrícola do Estado, naquele ano.

Para facilitar a análise, o Estado de São Paulo foi dividido em dois grandes setores, considerando o total do número de máquinas e implementos agrícolas por mesorregião.

Assim, o Setor 1 compreende as mesorregiões do Sudoeste Paulista, Campinas e Ribeirão Preto, Alta e Média Araraquarense e Mantiqueira Paulista e o Setor 2 corresponde às mesorregiões Grande São Paulo, Vale do Paraíba Paulista, Serra e Litoral Norte Paulista, Baixada Santista e Sul Paulista.

O Setor 1 era o mais desenvolvido em termos agrícolas, possuindo um elevado número de tratores e arados de tração mecânica; cabe ressaltar ainda os valores significativos, de arados de tração animal.

Ali o número de máquinas para plantio e colheita evidenciava, em parte, o comportamento do volume da produção agrícola, sendo que as primeiras possuíam valores mais expressivos.

Este setor possuía, como pode ser observado na Tabela 1, o maior número de Microrregiões Homogêneas e era, também, o mais extenso.

Tabela 1. Setor 1 - Número de máquinas e implementos agrícolas por mesorregião.

Mesorregião	Número de máquinas/implementos agrícolas	Número de Microrregiões Componentes
Sudoeste Paulista	213.812	10
Campinas e Ribeirão Preto	139.552	12
Alta e Média Araraquarense	74.957	06
Mantiqueira Paulista	55.280	06
Total	483.601	34

Havia um certo padrão homogêneo, por mesorregião, no que se refere à proporcionalidade da participação de cada tipo de máquina ou implemento agrícola.

O Setor 2, menos extenso, apresentava um número de máquinas e implementos muito menor e a principal diferença entre ambos consistia nas disparidades existentes, entre a participação de cada tipo de máquina e implemento agrícola por mesorregião, a qual era muito mais heterogênea (Tabela 2).

Relacionando o número de máquinas e implementos agrícolas, com o uso da terra,

observava-se, no Setor 1, que os tratores e arados de tração mecânica eram utilizados nas lavouras permanentes e temporárias e nas pastagens plantadas. Os arados de tração animal eram significativos em áreas de menor extensão.

Apesar de apresentar um comportamento semelhante ao do setor 1, no setor 2 o número de máquinas e implementos agrícolas era bem menos expressivo, coincidindo com cultivos não muito mecanizados e extensas áreas de matas e florestas naturais e reflorestamentos.

Tabela 2. Setor 2 - Número de máquinas e implementos agrícolas por mesorregião.

Mesorregião	Número de máquinas/implementos agrícolas	Número de Microrregiões Componentes
Grande São Paulo	9.339	1
Vale do Paraíba	6.749	1
Serra e Litoral Norte Paulista	2.881	2
Baixada Santista	288	1
Sul Paulista	21.116	3
Total	40.373	8

A maior concentração de máquinas e implementos que ocorria no setor 1 é explicada pelo tipo de produção agrícola: assim, este setor produzia cana-de-açúcar, laranja, algodão e soja, produtos que requerem um uso maior de implementos e máquinas, enquanto o setor 2 era produtor

de culturas mais tradicionais como: arroz, feijão e culturas tropicais, as quais não requerem o uso expressivo de equipamentos.

EFETIVO DE REBANHOS E PRODUÇÃO LEITEIRA

Era visível a predominância do rebanho bovino em todas as microrregiões do Estado, correspondendo quase sempre a mais de 50% do total de cabeças. Esta criação bovina correspondia ao gado de corte e ao gado leiteiro, sendo que as microrregiões que se destacavam na produção leiteira estavam principalmente localizadas nas mesorregiões: Sudoeste Paulista, Alta e Média Araraquarense, Campinas e Ribeirão Preto, Mantiqueira Paulista, Vale do Paraíba Paulista e Serra e Litoral Norte Paulista.

O rebanho suíno apresentava efetivos mais numerosos nas microrregiões de maior concentração populacional. Deste modo, o número de suínos era maior na Grande São Paulo e microrregiões periféricas daquele centro consumidor, como é o caso das microrregiões: Campinas (248), Estâncias Hidrominerais Paulistas (249), Sorocaba (256), Jundiá (257), Bragança Paulista (258), Açucareira de Piracicaba (254), Paranapiacaba (261), Apiaí (264); no litoral, destacavam-se as microrregiões: Baixada Santista (266), Costa Norte Paulista (267), e Baixada do Ribeira (265), enquanto que no norte do estado destacavam-se as microrregiões Serra de Jaboticabal (236), Serra de Batatais (238), e Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista (236).

Os ovinos eram pouco representativos e sua presença, apesar de ser notada na maioria das microrregiões do Estado, não chegava a atingir 10% em nenhuma delas. Quanto à criação de bufalinos era restrita às microrregiões do Litoral Paulista.

No que se refere à produção leiteira, o sul e o sudeste do Estado de São Paulo apresentavam baixa produção de leite no ano de 1985. No sudeste, na mesorregião da Serra e Litoral Norte Paulista a

principal área de produção era a microrregião Alto Paraíba (263) com 58.128 milhões de litros de anuais, enquanto a mesorregião da Grande São Paulo, que é formada apenas pela microrregião de mesmo nome, o total produzido foi 16.905 milhões de litros.

A mesorregião Baixada Santista, formada pela microrregião do mesmo nome, apresentava produção de 550 mil litros de leite; na mesorregião Sul Paulista a maior produtora era a microrregião de Paranapiacaba (261) com 14.544 milhões de litros de leite. Estas, juntas, possuíam os menores índices de produção, devido às condições topográficas e pelo fato de esta área ser formada por uma região de relativa preservação de áreas naturais, dificultando a formação de pastagens.

Na região leste do Estado, onde se encontra a mesorregião Vale do Paraíba Paulista, observava-se uma peculiaridade: o Vale do Paraíba Paulista, formado apenas por uma microrregião, apresentava elevados totais de produção leiteira. Este fato deve-se à presença de uma pecuária com técnicas aprimoradas, melhoramento genético e à proximidade de grandes centros consumidores. Era a maior área produtora, com 137.009 milhões/litros.

Na região nordeste do Estado, a mesorregião que contribuía com o maior total de produção era a da Encosta Ocidental da Mantiqueira Paulista com 95.412 milhões de litros de leite. As outras quatro microrregiões pertencentes a esta mesorregião variavam sua produção de 25 milhões de litros a 80 milhões de litros de leite por ano. Estes elevados totais se devem às extensas áreas de pastagens.

Na região centro norte do Estado de São Paulo, respectivamente na mesorregião de Campinas e Ribeirão Preto, formada por doze microrregiões, observava-se uma média de produção de

leite que variou de 15 milhões de litros a 65 milhões de litros/ano. A microrregião de maior contribuição nestes totais era a de Araraquara, com 65.850 milhões de litros de leite/ano.

Mais ao norte do Estado, a mesorregião Alta e Média Araraquarense apresentava elevados totais de produção, porém com certa irregularidade na participação de cada microrregião. A microrregião que mais produziu foi a Alta Araraquarense de Fernandópolis, enquanto que a produção das outras seis microrregiões variou entre 15 e 60 milhões de litros de leite/ano.

A mesorregião Sudoeste Paulista, composta por dez microrregiões, apresentava-se como a maior produtora de leite, com 575 milhões de litros produzidos. Cerca de 30% delas produziu de 30 a 50 milhões de litros de leite/ano, enquanto as outras produziram de 70 a 80 milhões de litros de leite ao ano, destacando-se a microrregião Alta Sorocabana de Presidente Prudente, com a produção de 2.619 milhões de litros/ano.

Esta produção leiteira relacionava-se às extensas áreas de pastagem e às condições topográficas favoráveis além da densa rede hidrográfica presente nesta parte do Estado.

CULTIVOS AGRÍCOLAS MODERNOS, TRADICIONAIS E EM TRANSIÇÃO

Segundo proposição da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo, classificou-se a área cultivada com produtos modernos, tradicionais e em transição no estado de São Paulo (Muller, 1985). Observou-se que o estado dividia-se em dois setores. Um setor que compreendia as mesorregiões Sudoeste Paulista, Alta e Média Araraquarense, Campinas e Ribeirão Preto e Mantiqueira Paulista no qual predominavam os

produtos modernos, destacando-se a cana-de-açúcar, a citricultura e a soja. Em menor escala, apareciam os produtos em transição, principalmente o café e o milho. Era relevante a participação da monocultura da cana-de-açúcar na mesorregião Campinas e Ribeirão Preto, uma vez que a mesma correspondia a quase 50% da área cultivada com produtos modernos, tradicionais e em transição.

Um outro setor onde apareciam os produtos em transição e os produtos tradicionais que se apresentava menos homogêneo. Neste, com exceção da mesorregião Baixada Santista, cujos produtos agrícolas principais eram classificados como em transição (cultura da banana e do chá), as demais mesorregiões Vale do Paraíba Paulista, Serra e Litoral Norte Paulista, Grande São Paulo e Sul Paulista apresentavam predomínio do milho (produto em transição), com valores que ultrapassavam 10% da área cultivada com lavouras tradicionais, principalmente de arroz e feijão. A Baixada Santista destacava-se das demais pela topografia e condições de umidade, que permitiram a difusão da bananicultura.

UMA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA NA DÉCADA DE OITENTA

Os dados analisados neste trabalho referem-se à situação da agricultura paulista no ano de 1985 e não permitem emitir nenhum juízo sobre o desempenho deste setor na década como um todo. Entretanto, com o objetivo de melhor situar o usuário do Atlas, apresenta-se, de forma resumida e com base em bibliografia especializada, uma análise de alguns elementos que facilitam a compreensão da conjuntura econômica vigente na época.

Nos primeiros anos da década de oitenta ocorreram incidentes climáticos (chuvas e geadas) e crises econômicas que, de certa forma, afetaram a produção agrícola. Ao final da década de setenta, afirmava-se que, se não houvesse uma total reformulação da política agrícola, a safra agrícola seria insuficiente para atender ao consumo interno e que só a produção voltada para o mercado mundial seria expandida. De certa forma, essas afirmações corresponderam, pelo menos parcialmente, à realidade. Apesar das previsões serem pessimistas, o produto real da agricultura brasileira, principalmente a paulista, teve, entre 1980 e 1989, comportamento satisfatório, crescendo a uma taxa média de 3,4% ao ano, acima, portanto, do crescimento vegetativo da população (Monteiro, 1990). Destacaram-se as taxas geométricas de crescimento anual de produtos modernos como a cana-de-açúcar (6,5%); laranja (5,8%), soja (5,3%) e tomate (4,7%). Os produtos em transição, como o café, ficaram com taxa em torno de (3,9%) e o milho (3,0%). Já a área colhida teve uma ampliação bem menor no período (1,2% ao ano), o que indica crescimento do rendimento físico das lavouras. Desta forma, a produção subiu no período (1980/89), 3,5%, a área colhida 12% e o rendimento médio 13%. Apesar das pequenas contradições entre previsão e realidade, não se pode negar, porém, que, de um modo geral, houve uma modernização da agricultura, sobretudo paulista, uma vez que, no início dos anos oitenta, a estrutura produtiva das principais culturas (aproximadamente 100% nos produtos modernos: cana-de-açúcar; soja e o café (produto em transição) apresentavam altos graus de mecanização e altos índices de utilização de insumos químicos. Para tanto, contou-

se também com uma política de incentivo à exportação, que induziu à expansão de culturas de alto valor comercial no mercado internacional, como os produtos modernos (cana-de-açúcar, laranja e soja) e o café (produto em transição) em detrimento de outras culturas.

Dentre os produtos modernos, a cana-de-açúcar tornou-se o mais importante produto da lavoura paulista devido à política federal que promoveu o álcool combustível como substituto da gasolina; nos anos oitenta a produção de álcool passou de 2 bilhões para 7 bilhões de litros e a produção de açúcar caiu ligeiramente. Em termos espaciais, a cultura de cana-de-açúcar se concentrava nas regiões de Ribeirão Preto e Campinas, mas, com o incentivo político-econômico esta cultura disseminou-se por todo o interior do estado (Montagner, 1987).

A laranja, como produto moderno, também merece destaque, pois cerca de 40% das lavouras brasileiras estão localizadas no estado de São Paulo. Conseqüentemente, 90% do produto industrializado (suco) é procedente do estado, principalmente das regiões de São José do Rio Preto, Campinas, Ribeirão Preto e Barretos.

O milho é um alimento básico: sua importância se dá na alimentação como consumo direto e pelo fato de ser ingrediente básico das rações avícolas e de animais em geral. Considerado como produto em transição, a safra de milho foi satisfatória ao longo dos anos 80, mesmo assim oscilando ao longo da década, contribuindo para o maior atrativo dos preços da soja nesses períodos. Com isso, a política pouco previdente que permitiu a formação de estoques e/ou a importação extemporânea provocaram a deterioração dos preços do cereal (Monteiro, 1990).

Na década de oitenta verificou-se que o Estado de São Paulo teve uma participação diferenciada na produção e exportação de produtos agrícolas, respondendo por pelo menos 38% da produção brasileira. Esta participação relevante de São Paulo não aconteceu por acaso, pois foi nesse estado que se desenvolveram importantes complexos agroindustriais. Observou-se a crescente integração entre as atividades agrícolas e a indústria, a qual necessita dessa matéria-prima. Da associação, agricultura-indústria, cinco complexos se destacaram na década de oitenta. Os complexos de produtos modernos, como da cana-de-açúcar (álcool derivado da cana); da soja, que apresenta maior participação do Estado nas exportações nacionais; da laranja, que em meados da década de 80 exportou US\$1,5 bilhão, quase 100% procedente de São Paulo e do café, produto em transição, que ainda continua importante para o estado de São Paulo. Os volumes exportados não são nada insignificantes, revelando a capacidade produtiva da agricultura paulista e sua competitividade nos mercados internacionais.

Na década de oitenta, portanto, a agricultura teve um desempenho mais

equilibrado do que o previsto. No entanto, em relação ao consumo interno, a estagnação econômica e as crises que permearam este período frearam o aumento da demanda de alimentos (Monteiro, 1990). Apesar destes entraves, a produção acompanhou o crescimento vegetativo populacional a despeito da substancial queda dos preços recebidos pelos agricultores e da escassez de financiamento. Tais resultados, entretanto, não alteraram a situação dramática do setor agrícola provocada pelo aumento da inflação, escassez de crédito e pelos baixos preços recebidos pelos produtores rurais, aliados à pequena atenção dos governantes a um dos problemas básicos da agricultura, a infra-estrutura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- MONTAGNER, P. A Agroindústria Paulista e a Crise dos Anos Oitenta, *Revista São Paulo em Perspectiva*, 1 (3): 15-17, out/dez. 1987.
- MONTEIRO, M.J.A. Um Balanço da Agricultura Brasileira, *Revista São Paulo em Perspectiva*, 4 (2): 100-106, abril/junho, 1990.
- MULLER, G. A dinâmica da agricultura paulista. Fundação Seade, Série São Paulo 80, volume 2, 1985, 125 páginas.